

Brasília sob pressão presidencialista

BRASÍLIA — Em meio à intensa mobilização de Governadores, Ministros, assessores e políticos em geral — principalmente dos presidencialistas —, a Constituinte começa hoje a escolha do sistema de Governo e da duração do mandato do Presidente da República, votando a emenda Humberto Lucena. Um dos oito Governadores presidencialistas que estiveram no Palácio do Planalto, ontem à tarde, disse que o Presidente José Sarney "está apocalíptico".

— A eleição presidencial, este ano, levará o País ao caos. O parlamentarismo, se for aprovado, instalará a baderna — afirmou Sarney, poucos minutos antes, segundo seu interlocutor.

De fato, o Presidente, seus Ministros e assessores mais próximos passaram o dia ao telefone, fazendo previsões funestas para o caso de não assistirem à escolha do presidencialismo. Sarney chegou a comentar que a margem de vitória de seu sistema favorito e dos cinco anos era ainda muito pequena.

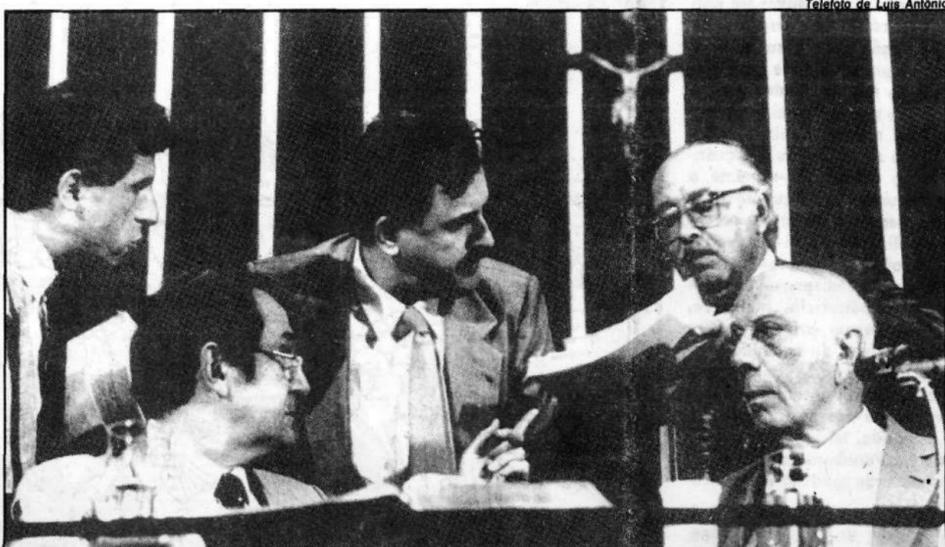
Lá fora, nos corredores e gabinetes parlamentares, o trabalho mais vigoroso em defesa do presidencialismo era comandado pelos Governadores Newton Cardoso (PMDB-MG), Tasso Jereissati (PMDB-CE) e Hélio Gueiros (PMDB-PA). O Governador mineiro, por exemplo, instalou-se no Hotel Nacional, de onde manteve contatos pessoais e telefônicos com a grande maioria da sua bancada.

E a movimentação prosseguiu ao longo da noite. O fato de a sessão ter terminado mais cedo que de costume, às 18 horas, facilitou o trabalho de convencimento dos Governadores que vieram a Brasília — alguns por iniciativa própria e outros convocados pelo Palácio do Planalto — e dos Ministros mais empenhados na vitória do presidencialismo. O Governador Hélio Gueiros trabalhou em dobradinha com o ex-Governador e Ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, ambos instalados no gabinete do Deputado Fernando Cunha, de onde mantinham contato com toda a bancada.

Já os Governadores de Sergipe, Antônio Carlos Valadares (PFL), e do Paraná, Alvaro Dias (PMDB), que chegaram discretamente, no início da tarde, admitiam combinar o presidencialismo — que preferem — com o mandato de cinco anos para Sarney.

Do lado dos parlamentaristas, que aguardavam a chegada dos Governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e da Bahia, Waldir Pires, uma certa tensão: comentava-se que os Governadores de Minas, Ceará e Pará já tinham conseguido reverter muitos votos para o presidencialismo. Na avaliação dos defensores do sistema de gabinete, o trabalho de Gueiros foi arrasador: dos 12 parlamentares peemedebistas da bancada, só sobrou um voto para o parlamentarismo, o do Senador Almir Gabriel.

Mas Newton Cardoso, na opinião dos mineiros, não ficou atrás: sem muitos rodeios, cobrou o voto presidencialista, acenando com dificuldades políticas para o Estado de quem optasse pelo parlamentarismo. E pelo menos um Deputado cedeu à argumentação de Newton: José Geraldo, que era presidencialista e mudou o voto na semana passada.



A partir da esquerda, Fogaça, Cabral, Jobim, Lucena e Ulysses discutem os detalhes para a votação de hoje

Os pontos principais da Emenda Lucena

A emenda que mantém o regime presidencialista é uma fusão de propostas apresentadas pelos Constituintes Humberto Lucena (PMDB-PB), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Maurílio Ferreira Lima (PMDB-CE), Edison Lobão (PDS-MA) e Teodoro Mendes (PMDB-SP). São estes seus pontos principais:

■ **PODER** — O Presidente da República conserva os poderes de Chefe de Estado e de Governo e também de Comandante Supremo das Forças Armadas.

■ **ELEIÇÃO** — Direta, em dois turnos (caso nenhum candidato alcance, no primeiro, a maioria absoluta dos votos) e marcada para 120 dias antes da posse do eleito.

■ **MANDATO** — Cinco anos, proibida a reeleição, e começando em 1º de janeiro.

■ **ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE** — Nomear e demitir seus auxiliares diretos e Ministros de

Estado; propor legislação ao Congresso; vetar projetos aprovados pelo Congresso ou solicitar a sua reconsideração; comandar a administração federal e a política externa; conceder indulto e comutar penas; nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais Superiores, além de Governadores de Territórios, do Procurador-geral da República e do Presidente e dos Diretores do Banco Central; adotar as "medidas provisórias com força de lei" (mecanismo semelhante ao atual decreto-lei, mas com dispositivo de decurso de prazo invertido — isto é, obrigando o Governo a tentar conseguir a sua aprovação pelo Congresso dentro de 30 dias, a fim de evitar a revogação), e enviar ao Congresso anualmente, depois do primeiro ano de Governo, "medidas legislativas que considere programáticas e de relevante interesse nacional", que terão de ser apre-

ciadas no prazo de 30 dias, com deliberação por maioria simples.

■ **CONTAS** — O Presidente deverá mandar ao Congresso: plano plurianual de investimentos, projeto de lei de diretrizes orçamentárias, proposta de orçamento e prestação de contas sobre o exercício anterior.

■ **MINISTROS** — Serão obrigados a atender às convocações da Câmara ou do Senado e estarão sujeitos a duas sanções do Legislativo: a Resolução de Discórdância (resultante do voto de dois terços de qualquer das Casas do Congresso, repudiando os termos do depoimento feito em plenário pelo Ministro) e a Moção de Censura (que, ao ser aprovada por dois terços da Câmara, implica automaticamente na exoneração do Ministro). Nos dois casos, a iniciativa é de Liderança partidária, com apoio mínimo de um terço dos parlamentares, e limitada a uma a cada ano para cada Ministro.

Líderes do Governo confiantes

BRASÍLIA — De manhã, Sarney reuniu no Palácio do Planalto os líderes do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS) e do PFL, José Lourenço (BA). Os três saíram confiantes na vitória do presidencialismo.

— A vitória está assegurada e o Presidente está satisfeito. O presidencialismo tem votos no PFL, PDS, PT, PTB e PDT, além do PMDB. Todas essas forças em conjunto darão uma vitória ao presidencialismo, que é o sistema de governo preferido pelo povo — disse José Lourenço.

Para Sant'Anna, o Governo nunca teve outra posição que não a do presidencialismo com cinco anos para Sarney.

— Nós estamos onde sempre estí-

vemos — disse. O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, teve seu trabalho facilitado pela presença na Constituinte de seu filho, o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL). Tanto Luís Eduardo como Carlos Sant'Anna e o Senador Saldanha Derzi mantiveram-no informado durante todo o dia sobre a movimentação dos dois grupos. Junto a eles, também atuaram os Deputados José Lourenço, Paes Landim (PDS-PI) e Eraldo Tinoco (PFL-BA).

No final da tarde, o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que nos últimos dias assumira uma posição mais destacada na defesa do presidencialismo, dava como certa a vitória.

— O presidencialismo cresceu

muito. A presença dos Governadores em Brasília foi decisiva. Creio que temos condição de aprovar a emenda ainda amanhã, com uma vantagem de até 30 votos — avaliou Fiúza.

O Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, manifestou-se contra o parlamentarismo, esperando que, se for aprovado, não repita a experiência dolorosa de 1961. E afastou qualquer possibilidade de golpe em função dos resultados das votações.

— Falar em golpe hoje só se for para reconhecer a incompetência de nós civis. Só se for para assinar um atestado de que não estamos preparados para impulsionar este País para frente e resolver seus problemas mais elementares — afirmou o Ministro.

Prodigalidade nociva

NO MOMENTO em que mesmo economias de países em desenvolvimento, como os do Sudeste asiático — Singapura, Taiwan, Hong Kong, Formosa —, se organizam e apresentam impressionantes índices de crescimento de seus Produtos Nacionais, e com eles uma significativa melhoria das condições de vida de suas populações, parece que nossos constituintes o que querem mesmo é reduzir o enriquecimento de nosso país e contribuir para manter nossa população no subdesenvolvimento.

AS MEDIDAS que estão sendo adotadas pela Constituinte concorrem eficazmente para reduzir nossas possibilidades de crescimento econômico, e colocarão o País fora da competição.

A SÉRIE de disposições sobre os direitos sociais, com a excessiva generosidade de sua extensão, importará no encarecimento da nossa produção. Assim, a concessão de cerca de seis meses de afastamento do trabalho para as parturientes, e mais a de oito dias para os pais do recém-nascido, a outorga de favores vários como adicionais, aposentadorias precoces e outros são bons exemplos de uma esdrúxula generosidade que vai criar novas dificuldades para que nossa produção possa competir eficazmente no mercado mundial.

É MAIS que evidente que tais dispositivos terão mesmo um efeito regressivo sobre a melhoria das condições de vida dos trabalhadores porque pesarão sobre o custo da produção e, portanto, colocarão nossos

produtos fora de competição no mercado mundial.

O QUE o Brasil necessita é do aumento de suas exportações, assim como da expansão do consumo no mercado interno, para que se possa desenvolver.

PARA isso precisa adotar mecanismos de governo, como de produção, que desembaracem as decisões e, portanto, acelerem o mercado produtivo.

ASSIM é com surpresa e decepção que vemos a supressão do decreto-lei, um valioso instrumento da agilização das decisões governamentais, especialmente no terreno de normas tributárias e de finanças públicas. O mercado não pode mais aguardar as delongas que uma tramitação dos projetos de lei pelo Congresso Nacional inevitavelmente impõe. E paralisar a realização de projetos que irão impulsionar novos empreendimentos que enriquecerão o País e para a abertura de novos empregos.

VÊ-SE BEM que a Assembléia Constituinte preocupa-se mais com benesses e favores trabalhistas excessivos, e menos com medidas que impulsionariam nossa economia, e com ela contribuiriam também para a elevação do nível de vida de nossa população. Não é com retórica que se irá impulsionar seriamente a Nação para uma elevação de seu nível de economia e, portanto, para a melhoria do padrão de vida da população.

ESPEREMOS que na votação final da Constituição essa orientação retrógrada seja revista e afastada.

Sessão começa com discursos de líderes

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, vai ignorar o procedimento de iniciar as sessões da Constituinte pelas votações, ao abrir hoje espaço para os discursos dos líderes partidários sobre sistema de governo.

O convite também será feito ao Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o Constituinte mais idoso, que terá lugar especial na tribuna para expor suas opiniões favoráveis ao sistema parlamentarista.

Os trabalhos regimentais começarão em seguida, com a votação da primeira emenda sobre sistema de governo: a proposta presidencialista do Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), apoiada por 352 constituintes.

Caso ela não alcance o quorum qualificado de 280 votos, haverá uma nova sessão, 24 horas depois, para a decisão final do plenário. Sua rejeição ou a repetição da falta de quorum, implicará na votação da emenda parlamentarista do Deputado Egidio

Ferreira Lima (PMDB-PE), com 341 assinaturas, sujeita aos mesmos procedimentos regimentais.

Se a rejeição ou a falta de quorum continuar, o plenário votará o texto parlamentarista da Comissão de Sistematização. Sua rejeição, resultará no "buraco negro".

Alguns Constituintes discordam da Mesa, por ignorar as emendas individuais, como as dos Líderes Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) e Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e a do Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP).

A decisão caberá, então, ao Relator Bernardo Cabral, que terá 48 horas para apresentar um texto capaz de obter consenso. É nesta ocasião que os próprios Constituintes prevêm o fim das posições radicais, no fechamento de um acordo. Se isto não for possível, o tema será retirado do texto, tornando a Constituição omissa em vários pontos e levando o País a inaugurar uma fase sem sistema de governo definido na Constituição.

Quércia pede votos à bancada de São Paulo

SÃO PAULO — Firme em seu propósito de interferir diretamente na votação do sistema de governo pela Constituinte, o Governador Orestes Quércia intensificou ontem os entendimentos com os Deputados federais pedindo pessoalmente o empenho de alguns na votação em favor do presidencialismo. Os contatos começaram cedo no Palácio dos Bandeirantes, durante uma audiência com cerca de dez parlamentares liderados pelo Coordenador da bancada paulista do PMDB na Constituinte, Deputado Roberto Rollemberg.

Quércia, que nunca escondeu sua disposição de lutar até o fim pela manutenção do presidencialismo, aproveitou a agenda livre de compromissos à tarde para novos contatos por telefone com Brasília. O Assessor de Imprensa do Palácio dos Bandeirantes, Carlos Rayel, confirmou que nos últimos dias o Governador tem estado em permanente contato com o Presidente José Sarney.

No único compromisso público ontem, Orestes Quércia aproveitou para defender o presidencialismo durante uma visita à 17ª Feira de Mecânica Nacional, no Parque Anhembi.



Quércia: fé no presidencialismo

— Não é hora de realizar experiências — ponderou o Governador.

Quércia afirmou que a representatividade de São Paulo na Câmara de Deputados deveria ter sido ampliada de 60 para 120, e não para 70.

— Como ir para um regime parlamentarista com São Paulo tendo a metade de sua verdadeira representação no Congresso? — indagou. Para acompanhar os acontecimen-



Moreira Franco: dia de contatos

tos políticos de hoje em Brasília, o Governador incluiu em sua agenda apenas os compromissos de praxe de todas as terças-feiras: audiência com Deputados estaduais, de manhã, e outra com o Secretário de Governo, Antônio Carlos Mesquita, às 16h.

No Palácio dos Bandeirantes, corria a informação de que esses dois compromissos poderão ser cancelados caso o Governador resolva viajar para Brasília.

Moreira luta para evitar o impasse

Preocupado com a possibilidade de um impasse na votação do sistema de governo, o Governador Moreira Franco cancelou todos os despachos de rotina que teria ontem com o secretariado e se dedicou, exclusivamente, aos contatos com parlamentares fluminenses. O objetivo: "evitar, a qualquer preço, o 'buraco negro'". O que, na opinião de Moreira, levaria o País ao caos absoluto, ameaçando o processo de transição democrática.

Ainda na parte da manhã, Moreira tomou café com os coordenadores das bancadas do PMDB (Flávio Palmier) e do PFL (Francisco Dornelles e Simão Sessin), onde externou a sua preocupação com a possibilidade do impasse.

— Pedi aos amigos que se empenhassem pela aprovação do sistema presidencialista. Mas pedi, principalmente, que evitassem de qualquer maneira o "buraco negro". Se não conseguirmos a vitória do presidencialismo acho que devemos nos empenhar pela adoção do parlamentarista — afirmou o Governador.

Durante todo o dia, Moreira manteve contatos com os Governadores Orestes Quercia (SP), Waldir Pires (BA), Miguel Arraes (PE), Pedro Simon (RS) e Newton Cardoso (MG), além do Presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães. O Governador nega, mas alguns dos seus assessores admitem a possibilidade de que ele vá, hoje, até Brasília, acompanhar a votação.